

Finanças Públicas Nos Municípios Brasileiros Com População Entre 10 E 20 Mil Habitantes

Kelly Vanessa Fassini Vieira

Departamento De Ciências Contábilis, Universidade Estadual Do Centro Oeste – Unicentro, Brasil.

Willson Gerigk

Departamento De Ciências Contábilis, Universidade Estadual Do Centro Oeste – Unicentro, Brasil.

Mônica Aparecida Bortolotti

Departamento De Ciências Contábilis, Universidade Estadual Do Centro Oeste – Unicentro, Brasil.

Resumo

Introdução: As entidades do setor público têm como objetivo principal prestar serviços à sociedade, os quais são executados de acordo com os recursos disponíveis e para atender as necessidades da população, para isso, são elaborados anualmente orçamentos públicos, nos quais há previsões para a receitas e a fixação das despesas públicas orçamentárias. Assim, os serviços públicos e as ações desenvolvidas pelos entes públicos decorrem da execução dos orçamentos públicos, mediante o recebimento das receitas e a aplicação desses valores na realização as despesas orçamentárias determinadas. Nesse contexto, a presente pesquisa identificou e analisou as características da execução orçamentária dos municípios brasileiros com população entre 10 e 20 mil habitantes, com o objetivo de analisar seus dados orçamentário-financeiros entre os anos de 2005 a 2020.

Materiais e métodos: O estudo foi realizado com aspectos das receitas e das despesas orçamentárias municipais. A metodologia quanto aos objetivos é descritiva, os procedimentos empregados foram pesquisa bibliográfica e documental, sendo a abordagem quantitativa.

Resultados: Os achados indicaram que nos municípios brasileiros com a população entre 10 e 20 mil habitantes as despesas correntes representaram em média 89,49% dos gastos gerais, sendo as despesas com pessoal os principais gastos registrados, com média percentual em torno de 50,32% do total das despesas. O estudo indicou que esse grupo de municípios depende financeiramente dos repasses relativos as transferências correntes, representando em torno de 85,62% da receita total, dentre estas o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) é a receita mais relevante, com percentual médio correspondente a 33,72% do total arrecadado no período.

Conclusão: Conclui-se que os recursos orçamentários foram bem administrados durante os anos analisados, os municípios brasileiros com população entre 10 e 20 mil habitantes registraram superávits orçamentários, o que indica consciente gestão fiscal e orçamentária.

Palavras-chave: Municípios; Receitas municipais; Despesas municipais; Despesas agregadas.

Date of Submission: 08-07-2024

Date of Acceptance: 18-07-2024

I. Introdução

O setor público brasileiro engloba os seguintes níveis de governo: a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, que atuam com o objetivo de atender as demandas da população por meio de políticas públicas, desenvolvidas e executadas individualmente ou de forma cooperada entre essas esferas de governo.

Conforme Alves (2014) a Constituição Federal de 1988 (CF de 1988) instruiu os serviços públicos e distribuiu aos Entes da Federação a competência sobre eles, aos Municípios compete os serviços de interesse local, efetuados conforme as necessidades da população.

Com a reconfiguração das relações e das responsabilidades em relação a oferta de serviços para a população entre as esferas de governo, com a vigência da Constituição Federal de 1988, os municípios ganharam importância (Almeida, 2001; Souza, 2005). E assim, com autonomia administrativa, financeira e política, estão em condições de cumprir com a missão de atender as necessidades e anseios da população, pelo fato de estarem mais próximos de seus problemas e, consequentemente das soluções (Gerigk, 2016).

A retomada da democracia brasileira levou algumas pesquisas a investigarem o ambiente municipal, estas utilizaram objetos diversificados, como as receitas e as despesas municipais (Queiroz, 2015), as despesas por funções de governo (Sakurai, 2009), os gastos com investimentos públicos (Rodrigues, 2010), os gastos com as áreas sociais (Cavalcante, 2013) e as receitas de transferências de convênios ou voluntárias (Gallo, 2011).

Uma característica dessas pesquisas é que as análises envolveram o maior número de municípios, independentemente do porte populacional e das condições econômicas e sociais, que impõem um grau de

heterogeneidade aos resultados quando comparados. O tamanho populacional dos municípios afeta a capacidade de gerar recursos e de administrá-los, uma forma de superar essa questão, conforme Cavalcante (2012, p. 210-211), é “[...] utilizar nas pesquisas com municípios brasileiros, um conjunto mais uniforme, com um recorte levando em consideração o porte populacional, restringindo a análise a um conjunto menor ou mais homogêneo”.

Nesse contexto, a pesquisa identificou e analisou as características da execução orçamentária nos municípios brasileiros com população entre 10 e 20 mil habitantes, descrevendo o padrão registrado por suas receitas e despesas orçamentárias entre os anos de 2005 a 2020.

II. Materiais E Métodos

O estudo analisou as receitas e as despesas orçamentárias dos municípios brasileiros com população entre 10 e 20 mil habitantes, entre os anos de 2005 a 2020.

Design de estudo: Pesquisa bibliográfica usada para conceituar as variáveis da pesquisa; e a pesquisa documental empregada na coleta dos dados necessários para compor as variáveis do estudo.

Fonte dos dados: Base de dados Finanças do Brasil (FINBRA), da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), vinculada ao Ministério da Fazenda (MF).

Duração do estudo: Entre junho de 2019 a janeiro de 2022.

Tamanho da amostra: Municípios brasileiros com população entre 10 e 20 mil habitantes, entre os anos de 2005 a 2020, apresentada ano a ano conforme Quadro 1.

Quadro 1 – Amostra analisada – 2005 a 2022

| Anos | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 |
|------------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|
| Municípios | 1209 | 1255 | 1316 | 1243 | 1340 | 1302 | 1215 | 1111 | 1318 | 1263 | 1342 | 1325 | 1359 | 1354 | 1346 | 1284 |

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Cálculo do tamanho da amostra: O universo da pesquisa foram os municípios brasileiros com população entre 10 e 20 mil habitantes; e a amostra foi constituída pelos municípios que disponibilizaram seus dados orçamentário-financeiros junto à base de dados Finanças do Brasil (MF/STN/FINBRA), nos anos de 2005 a 2020.

Crítérios de inclusão amostra: Municípios brasileiros com população entre 10 e 20 mil habitantes, entre 2005 e 2020, que disponibilizaram seus dados orçamentário-financeiros junto à base de dados Finanças do Brasil (FINBRA).

Crítérios de exclusão amostra: Municípios brasileiros fora da amostra de população desejada, e os municípios na faixa populacional pesquisada que não disponibilizaram seus dados orçamentário-financeiros junto à base de dados Finanças do Brasil, entre 2005 e 2020.

Tratamento dos dados: As variáveis foram deflacionadas, pelo IPCA/IBGE para dezembro de 2004, e transformadas em valores *per capita*. As análises foram feitas por meio da técnica estatística média, com o objetivo de detectar o padrão apresentado pelos municípios brasileiros. Além, dos cálculos *per capita*, foram calculados valores relativos das variáveis da pesquisa em relação as receitas e as despesas orçamentárias totais municipais.

Variáveis da pesquisa: a) *receitas orçamentárias municipais:* receitas correntes; receita tributária; IPTU; ISSQN; ITBI; IRRF, taxas; contribuições de melhoria; transferências correntes; cota-parte FPM; cota-parte ICMS; cota-parte IPVA; transferência multigovernamentais - FUNBED; receitas de capital; operações de crédito; receita de convênios de capital – União; receita de convênios de capital – Estados; deduções das receitas correntes. b) *despesas orçamentárias municipais:* despesas correntes; pessoal e encargos sociais; juros e encargos da dívida; outras despesas correntes; material de consumo; serviços pessoa física; serviços pessoa jurídica; despesas de capital; investimentos; obras e instalações; material e equipamentos permanentes; amortizações da dívida. c) *despesa por função de governo:* administração; assistência social; educação; saúde; urbanismo; saneamento.

O estudo envolveu pesquisa bibliográfica e documental, o levantamento bibliográfico foi empregado com a finalidade de propiciar suporte teórico às análises e entendimento sobre as variáveis estudadas; a pesquisa documental permitiu a coleta dos dados necessários à composição das variáveis analisadas, no período de 2005 a 2020.

III. Resultados

A seguir serão apresentados os principais resultados encontrados na pesquisa, os mesmos serão apresentados por meio de gráficos, que mostram as principais características das receitas e despesas orçamentárias dos municípios brasileiros com população entre 10 e 20 mil habitantes, do período de 2005 a 2020. Optou-se pelos resultados médios das variáveis pesquisadas, em valores per capita e em percentuais quanto ao total das receitas e das despesas, respectivamente.

O Gráfico 1 apresenta a média, percentual e a média per capita, das receitas orçamentárias correntes, a composição percentual da média indicou que as receitas correntes representaram em torno de 95,60% do total das receitas municipais, no período de 2005 a 2020.

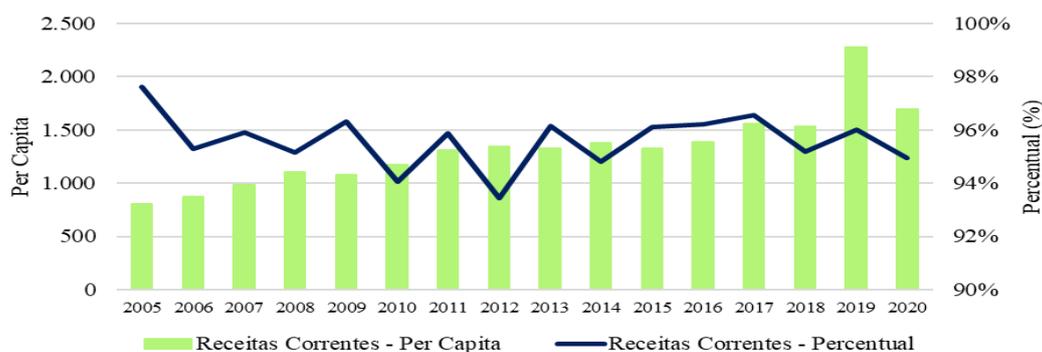


Gráfico 1 – Receita corrente, valor médio, percentual e per capita – 2005 a 2020

Fonte: Dados da pesquisa (2022)

Dentre a classificação da receita orçamentária, as receitas correntes compreendem o maior valor de arrecadação, contabilizando em 2005, em torno de 97,62% da arrecadação total, maior média da série, representando a média per capita de R\$ 807,46; o ano de 2012 apresentou a menor média da série, com 93,42% do total das receitas. A maior média per capita foi em 2019, com R\$ 2.278,13, respondendo por 96,01% do total da arrecadação das receitas.

Os valores da média percentual e per capita das receitas de capital, são representadas no Gráfico 2, a composição percentual média total indicou que a receita de capital representou 4,09% do total arrecadado, no período analisado.

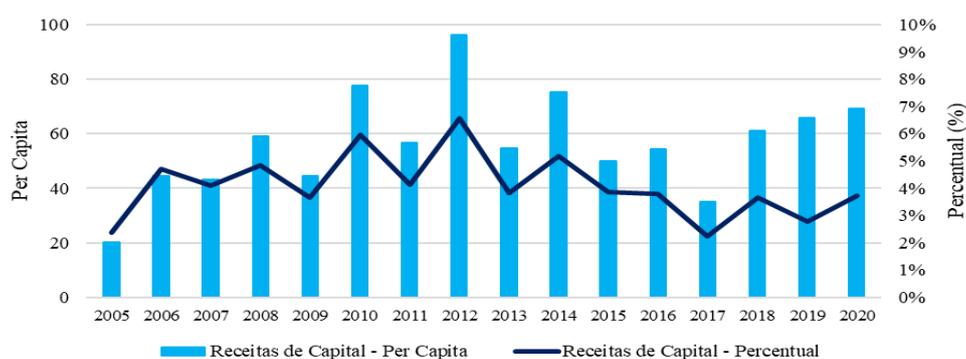


Gráfico 2 – Receita de capital, valor médio, percentual e per capita – 2005 a 2020

Fonte: Dados da pesquisa (2022)

As receitas de capital contam com o menor valor de arrecadação entre as receitas orçamentárias, retratam em 2005 cerca de 2,38% do total das receitas, com a média per capita de R\$ 20,36, menor média registrada das receitas de capital; em 2006 a arrecadação aumentou para R\$ 44,49, crescimento de 118,50% de um ano para o outro. Em 2012, atingi o maior valor de arrecadação entre os anos analisados, com valor médio per capita de R\$ 96,19, representando 6,58% do total das receitas neste ano, aumento de 69,25% em comparação ao ano de 2011, no qual a média por habitante foi de R\$ 56,83 (4,15% do total). A menor arrecadação ocorreu em 2017, com cerca de 2,24% do total das receitas.

O Gráfico 3 evidencia a arrecadação das receitas tributárias em percentual, representando no período, em média, 5,40% do total das receitas orçamentárias dos municípios brasileiros com população entre 10 e 20 mil habitantes.

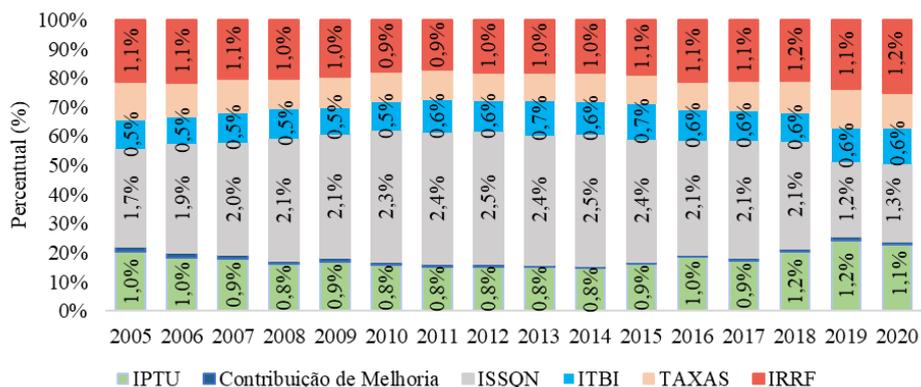


Gráfico 3 – Principais receitas tributárias, valor médio percentual – 2005 a 2020

Fonte: Dados da pesquisa (2022)

Nos municípios estudados, a maior contribuição para com as receitas tributárias foi o ISSQN, com 2,07% do total das receitas entre 2005 e 2020, destacando os anos de 2011 a 2015, em que a arrecadação manteve entre 2,4% a 2,5% do total; a menor arrecadação na média foi em 2020, com 1,3% do total das receitas.

A receita de IRRF, registrou média de 1,07% de arrecadação, entre os anos de 2005 e 2020; o menor percentual, 0,92%, foi nos anos de 2010 e 2011, sua maior média percentual foi em 2020 com 1,25% da receita total. O IPTU representou cerca de 0,95% da arrecadação total, em média, no período estudado, destaca-se os anos de 2018 e 2019, em que a média foi de 1,2% do total das receitas.

O Gráfico 4 contém a média per capita das receitas tributárias de 2005 a 2020, a arrecadação foi de R\$ 47,99 a R\$ 117,99, respectivamente, crescimento de 145,90%.

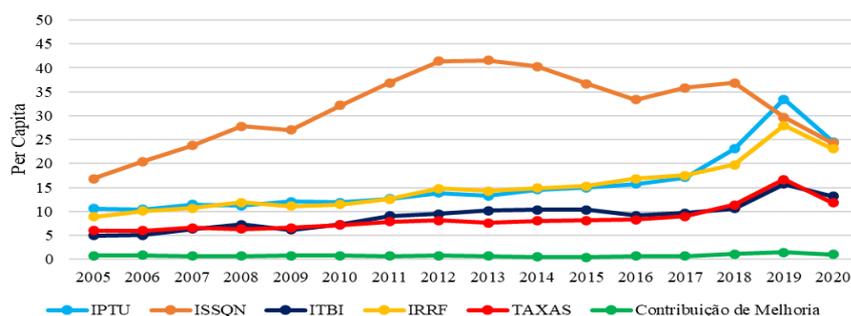


Gráfico 4 – Principais receitas tributárias, valor médio per capita – 2005 a 2020

Fonte: Dados da pesquisa (2022)

A receita de ISSQN com a média per capita de R\$ 16,83 em 2005, atingindo em 2020 R\$ 24,30, aumento de 44,5% em relação à média de 2005. Com a menor arrecadação desse grupo, a receita de contribuição de melhoria registrou média per capita de R\$ 0,73 em 2005, alcançando sua maior média em 2019, com R\$ 1,46, aumento de 100%. As demais receitas tributárias registraram com pouca variação entre 2005 a 2017, com média per capita em geral crescente, em 2018 e 2019, ocorre um acréscimo significativo de todas as subcategorias das receitas tributárias, reduzindo-se no ano de 2020.

O Gráfico 5 apresenta as médias percentuais e per capita das transferências correntes, dos municípios estudados, entre 2005 a 2020.

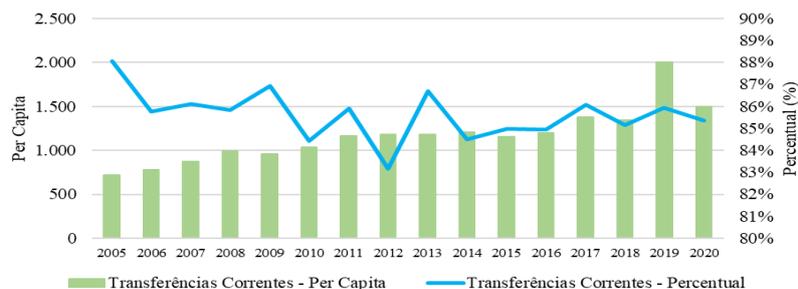


Gráfico 5 – Transferências correntes, média percentual e per capita – 2005 a 2020

Fonte: Dados da pesquisa (2022)

Representando, em média, 85,62% da receita total no período analisado e sendo a principal contribuição dentre as receitas correntes, as receitas de transferências correntes realizadas pela União e pelos Estados aos municípios analisados, tiveram média per capita de R\$ 717,69, em 2005, elevaram-se para R\$ 2.004,26 em 2019, aumento de 179,26%. Em 2020 a média per capita passa a R\$1.500,41, registrando relação a 2005, alta de 109,06%. A maior média percentual foi 88,06% em 2005, em 2012 registrou a menor média, 83,15% do total.

As médias per capita e percentuais das receitas de Fundo de Participação dos Municípios (FPM), apresentadas no Gráfico 6, representou 33,72% do total das receitas orçamentárias, entre 2005 a 2020.

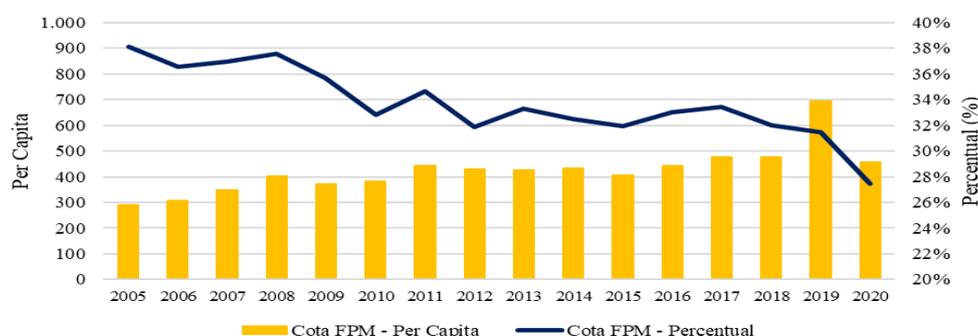


Gráfico 6 – Cota-parte FPM, valor médio, percentual e per capita – 2005 a 2020

Fonte: Dados da pesquisa (2022)

A receita do FPM apresentou média percentual em 2005 de 38,10%, destacando-se com a maior fonte de receita nos anos analisados. Em 2020 a média percentual passa a representar 27,44%, menor valor de arrecadação da série. Em geral pode-se constatar, que apesar de alguns aumentos, a média percentual da receita foi decaindo ao longo dos anos.

No entanto, a média per capita da receita passou de R\$ 288,90 no ano de 2005, com a menor média, para R\$ 693,37 no ano de 2019, maior arrecadação do período; reduziu-se para R\$ 454,98 em 2020, aumento de 57,49% em relação a 2005. Assim, de forma contrária as médias percentuais, que comparam a arrecadação total, as médias per capita, apesar de algumas reduções aumentou ao longo do período.

As despesas correntes foram responsáveis por 89,49% das despesas totais entre 2005 e 2020, a composição da média percentual e per capita das despesas orçamentárias totais dos municípios brasileiros com entre 10 e 20 mil habitantes é apresentada no Gráfico 7.

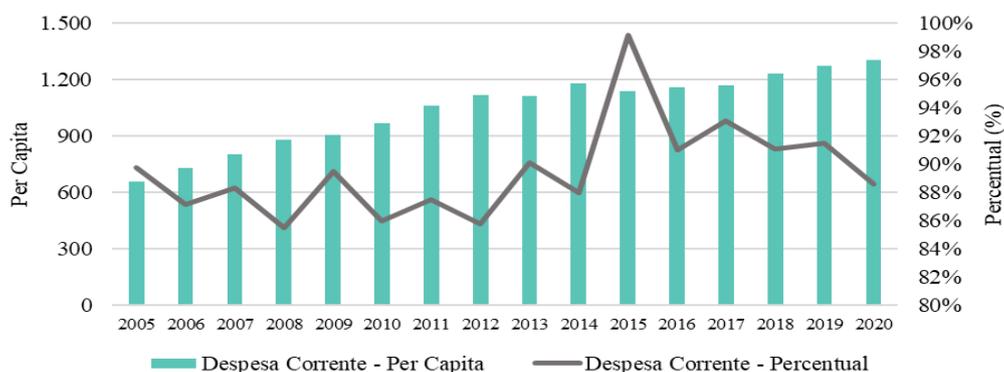


Gráfico 7 – Despesa corrente, valor médio, percentual e per capita – 2005 a 2020

Fonte: Dados da pesquisa (2022)

As despesas públicas orçamentárias classificam-se em duas categorias: despesas correntes e de despesas de capital, com a maior representação dos gastos públicos, as despesas correntes têm por finalidade manter os serviços públicos necessários à população. A média per capita das despesas correntes representou R\$ 655,31, em 2005, passando para R\$ 1.301,79, em 2020, acréscimo médio de 98,65%; a média per capita registrou altas consecutivas ao longo dos anos estudados.

Na média percentual, as despesas correntes representaram 89,75% dos gastos totais em 2005, no ano de 2015 passaram a 99,13% do total, aumento de 9,38 pontos percentuais, na média, em relação a 2005; no ano de 2020 a média percentual reduziu-se para 88,59%, menor do que 2005.

O Gráfico 8 apresentada a média per capita e percentual das despesas de capital, as quais representaram em média 11,08% do total gasto no período.

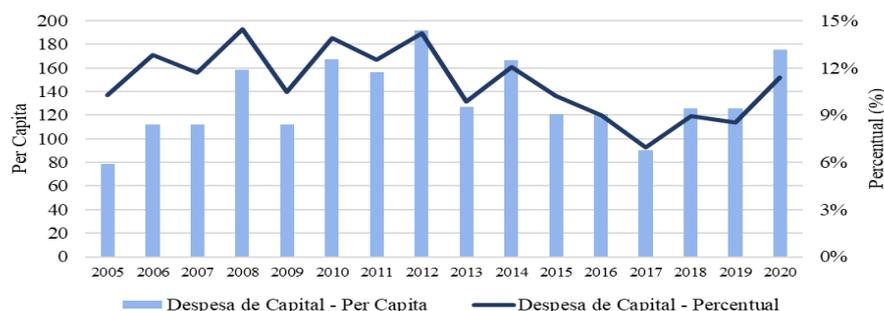


Gráfico 8 – Despesa de capital, valor médio, percentual e per capita – 2005 a 2020
Fonte: Dados da pesquisa (2022)

As despesas de capital são destinadas a ampliar a ação governamental, por meio da realização de obras, compras de equipamentos e imóveis, além da redução da dívida pública, no caso das amortizações. Entre as médias percentuais das despesas de capital, o valor contabilizado em 2012 foi responsável por 14,48% das despesas totais, o maior percentual aplicado nesse período. Em 2005, a média foi de 10,25% e em 2020 o valor representou 11,41%, alta de 11,50%; entre os anos de 2014 a 2017 houve um declínio na média percentual dessa despesas municipal representando cerca de 5,10%.

A média per capita em 2005 foi de R\$ 78,56, menor valor da variável analisada, aumentando para R\$ 191,98 em 2012, crescimento de 144,38%. No período de 2014 a 2017 ocorreu redução, passando em 2017 para R\$ 90,31, em 2020 a média passou a R\$ 175,33, aumento de 94,15%, em relação a 2017.

O Gráfico 9 representa as despesas de pessoal e encargos social, juros e encargos da dívida e outras despesas correntes, dos municípios brasileiros com população entre 10 e 20 mil habitantes.

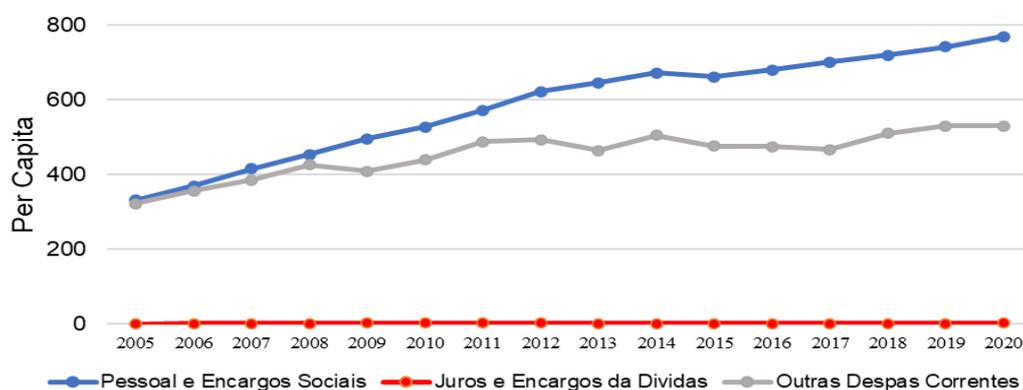


Gráfico 9 – Principais despesas correntes, valor médio per capita – 2005 a 2020
Fonte: Dados da pesquisa (2022)

Os gastos municipais com pessoal e encargos sociais regulamentam as relações de trabalho entre os servidores municipais e os Entes Públicos locais, motivo pelo qual os municípios registraram grandes percentuais de gastos com a variável. O montante médio per capita das despesas com pessoal e das outras despesas correntes, são similares em 2005, com a média de R\$ 331,49 e R\$ 322,51 respectivamente. Os dispêndios com pessoal em geral são crescentes, em 2020 a média foi de R\$ 769,38, com 132,10% a mais que em 2005. Os gastos com outras despesas correntes, aumentou em 2020 em torno de 64,20% em relação a 2005, passando para R\$ 529,37. As despesas com juros e encargos da dívida registraram média per capita de R\$ 1,31 em 2005 e de R\$ 3,04 em 2020.

A despesa de pessoal e encargos permaneceu estável, representando certa homogeneidade, correspondendo em média, entre 2005 e 2020, a 50,32%, da despesa total. Em 2005 a média percentual foi de 45,66% do total, aumentando para 58,24% em 2015, e decrescendo para 52,62% em 2020. Os gastos com os juros e encargos das dívidas, em média, representaram 0,18% das despesas totais entre 2005 e 2020. As outras despesas correntes contabilizaram 38,99%, em média, do total das despesas; em 2005 respondiam por 43,92% dos gastos, maior média do período, reduzindo para 35,75% em 2020.

O Gráfico 10 apresenta a média percentual de 2005 a 2020, das principais despesas agregadas: administração, assistência social, saúde, saneamento, educação e urbanismo; essas seis áreas representaram 90,70% das despesas por funções de governo realizadas pelos municípios com população entre 10 e 20 mil habitantes.

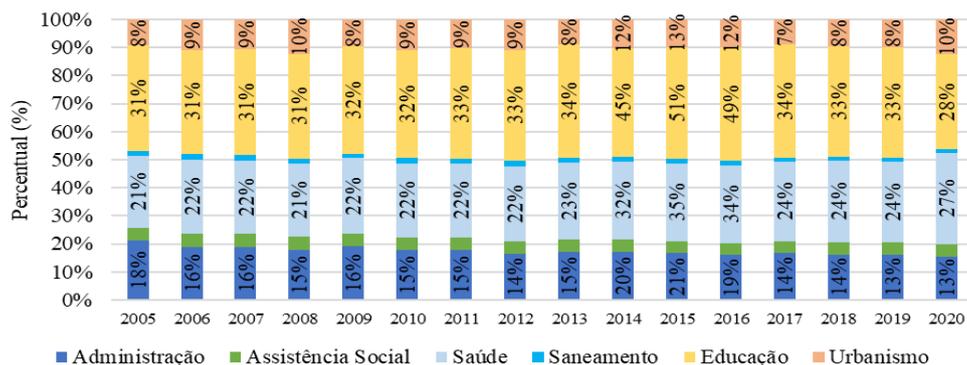


Gráfico 10 – Principais despesas por função de governo, valor médio percentual – 2005 a 2020

Fonte: Dados da pesquisa (2022)

Os percentuais indicaram que, durante o período, as despesas agregadas que mais destacaram-se dentre os municípios analisados foram: educação, saúde e administração, as quais responderam, em média, por 75,78% do total das despesas realizadas por áreas de governo. Os municípios analisados aplicaram, em média, 35,08% do total de suas despesas em educação, 24,94% na área de saúde, 15,75% em despesas com administração e 24,23% nas demais áreas de despesas agregadas. Ressaltando que existem exigências legais que obrigam a aplicação mínima de recursos nas áreas de educação e saúde, por esse motivo, foram funções que receberam mais aplicações de recursos. Com a menor quota das despesas agregadas, a variável de Saneamento Básico, com cerca de 1,41%, em média, do total, característica da falta de investimento em saneamento nos pequenos municípios brasileiros.

As principais despesas por função de governo municipais, entre os anos de 2005 a 2020, são representadas em valores médios per capita no Gráfico 11.

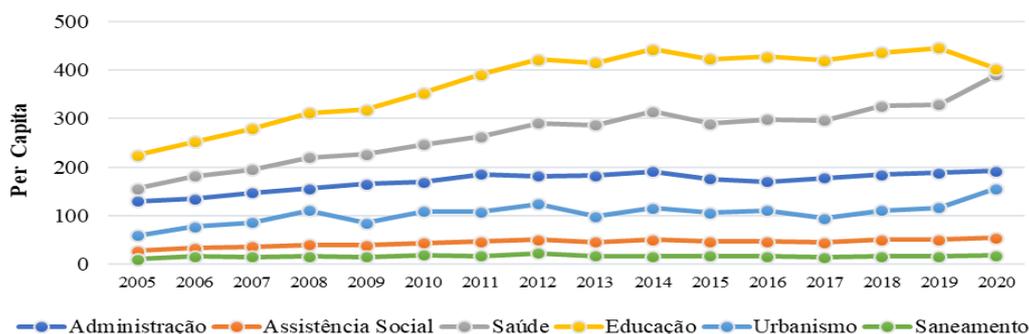


Gráfico 11 – Principais despesas por função de governo, valor médio per capita – 2005 a 2020

Fonte: Dados da pesquisa (2022)

As médias per capita com despesas na área de educação correspondiam a R\$ 225,26 em 2005, ampliando para R\$ 446,07 em 2019 e caindo para R\$ 403,21 em 2020. As despesas com administração foram de R\$ 130,07 em 2005, para R\$ 192,19 em 2020, incremento de 47,76%. Os gastos com a saúde em 2005 eram de R\$ 155,71 e aumentaram para R\$ 390,00 em 2020, acréscimo de 150,47%. Os gastos relacionados a assistência social são um dos menores registrados, com pouca oscilação, mais com crescimento de 97,20%, de 2005 a 2020, tendo as médias per capita de R\$ 27,75 em 2005 e R\$ 54,72 no ano de 2020. As despesas com urbanismo resultavam em R\$ 58,93 no ano de 2005 e ampliando para R\$ 156,37 em 2020, aumento de 165,35% entre os anos, com maior valor em 2020.

IV. Discussões

A presente pesquisa analisou as receitas e as despesas orçamentárias dos municípios brasileiros com população entre 10 a 20 mil habitantes, entre os anos de 2005 a 2020. Além, dos dados apresentado e comentados, que destacaram as principais características da execução orçamentária do grupo de municípios pesquisados, ressaltam-se ainda:

a) Constitucionalmente, os municípios têm direito a 25% do total do ICMS arrecadado pelo Estado. A Cota-parte do ICMS representou nos anos analisados cerca de 15,97%, em média, do total arrecadado pelo grupo de municípios analisados. A média *per capita* anual desta receita expressou em 2005 o valor de em torno R\$ 165,50, no ano de 2019, registrou média per capita de R\$ 433,27, acréscimo de aproximadamente 162% entre os períodos. Referente as médias percentuais em relação as receitas totais, entre os anos de 2005 a 2009, a média

foi decrescente, passando de 17,32% em 2005, para 14,88% em 2009, em 2014 representou cerca de 17,07%, no ano de 2020 contabilizou em média de 15,50% das receitas totais municipais.

b) Os recursos provenientes do FUNDEF/FUNDEB representaram aproximadamente 15,47%, em média, do total da arrecadação entre os anos de 2005 a 2020. Sendo o ano com a maior percentual de arrecadação foi o de 2015, com 19,51% das receitas totais. A menor proporção registrada ocorreu no ano de 2020, com 13,8%, em média, em relação ao total arrecadado pelos municípios pesquisados.

c) As principais despesas da variável Outras Despesas Correntes foram as despesas com material de consumo, serviços de pessoa física e serviços de pessoa jurídica. Com maior média per capita dentre as três, a despesa com material de consumo apresentou em 2005 a média per capita de R\$ 109,10, crescendo ao longo dos anos, passando a representar a média de R\$ 150,80 no ano de 2020, acréscimo de aproximadamente 38,22% em relação ao ano de 2005. Os gastos com serviços de terceiros, serviços de pessoa física e serviço de pessoa jurídica, representaram em 2005 as médias per capita de R\$ 39,22 e R\$ 89,52, respectivamente, a contração de serviços de terceiros compreendem como serviços mecânicos, elétricos, hidráulicos, entre outros. Com maior crescimento dentre essas subcategorias de despesas, os gastos com serviços de pessoa jurídica apresentaram média de R\$ 219,49 em 2020, aumento de aproximadamente 145,20% em relação a 2005. Por outro lado, os dispêndios com aquisição de serviços de pessoa física, representaram em 2020 a média de R\$ 39,25, apesar de representar uma média próxima a de 2005, no período analisado ocorreu algumas oscilações, entre 2005 a 2008 a média é crescente, em 2008 representando a média de R\$ 63,15, decrescendo gradualmente na sequência até o ano de 2020.

d) Em relação as Despesas por Função de Governo, no grupo de municípios pesquisados e em relação ao período do estudo, observa-se que a áreas de governo reguladas constitucionalmente, Educação e Saúde, como o esperado, no nível municipal são as que mais efetivaram gastos, por outro lado nota-se que a área de Administração, considerada desregulada, foi a que mais recebeu recursos depois da educação e saúde; observa-se, ainda, que todas as demais áreas de aplicações de recursos por parte dos municípios receberam, em média, entre 2005 e 2020, perto de ¼ das despesas gerais realizadas.

V. Conclusões

Os resultados indicaram que os municípios brasileiros analisados dependem financeiramente dos repasses feitos pela União e pelos Estados, sendo que a principal fonte de arrecadação foi o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) com, em média percentual de 33,72% das receitas totais.

As receitas tributárias participam, em média, com 5,40% do total arrecadado no período analisado, desse modo, compreende-se que os municípios não conseguem ser autossuficientes na geração de recursos próprios, de forma a otimizar e gerenciar o fluxo dos recursos disponíveis, permanecendo dependente dos repasses da União e dos Estados para planejar sua gestão financeira.

Quanto as despesas, o estudo apontaram que aproximadamente 89,49% dos gastos totais são referentes as despesas correntes, e que, aproximadamente, 50,32% são em despesas de pessoal e encargos sociais e somente 11,08% são aplicados em despesas de capital, como investimentos e obras públicas.

Ressalta-se que os recursos disponíveis foram bem administrados no período analisado, os municípios registraram superávits orçamentários, o que indica uma consciente gestão fiscal e orçamentária.

Entres as despesas agregadas destaca-se as áreas de educação, saúde (as quais a legislação exige aplicações mínimas de recursos por parte dos municípios brasileiros) e a de administração, esse conjunto de despesas representaram em torno de 75,78% dos gastos dos municípios com população entre 10 e 20 mil habitantes, nos anos de 2005 a 2020.

Referências

- [1]. Almeida, Maria H. T. Federalismo, Democracia E Governo No Brasil: Ideias, Hipóteses E Evidências. Bib, São Paulo, N. 51, Pp.13-34, 2001.
- [2]. Alves, Domitila Duarte. Serviços Públicos. Revista Científica Semana Acadêmica. Fortaleza, Ano Mmxiv, N°. 000064, 2014. Disponível Em: [Http://Semana.7links.info/Artigo/Servicos-Publicos](http://Semana.7links.info/Artigo/Servicos-Publicos). Acesso Em: 15 Out 2020.
- [3]. Brasil. Stn (Secretaria Do Tesouro Nacional). Manual De Contabilidade Aplicada Ao Setor Público - Mcasp, 8ª Edição. 2018. Disponível Em: Acesso Em 20 Jun. 2020.
- [4]. Cavalcante, Pedro Luiz Costa. A Política Faz Diferença? Uma Análise Comparada Dos Determinantes Políticos Do Desempenho Dos Governos Municipais No Brasil. 2012. Tese (Doutorado Em Ciência Política) – Instituto De Ciência Política, Universidade De Brasília, 2012.
- [5]. Cavalcante, Pedro. A Competição Eleitoral Gera Governos Mais Eficientes? Um Estudo Comparado Das Prefeituras No Brasil. Revista De Administração Pública. Rap. Rio De Janeiro, V.47, N.6, Pp. 1569-1591, Nov./Dez., 2013.
- [6]. Gallo, Fabrício. Uso Do Território E Federalismo Como Evento: A Difusão Regional De Infraestruturas Analisadas A Partir Das Transferências Intergovernamentais Voluntárias Entre União E Municípios. 2011. Tese (Doutorado Em Geografia) – Instituto De Geociência, Universidade De Campinas, Campinas/Sp, 2011.
- [7]. Gerigk, Willson. Contabilidade Pública: De Acordo Com As Normas Brasileiras De Contabilidade Aplicadas Ao Setor Público. Irati. Unicentro, 2012.

- [8]. Gerigk, Willson. Política Nos Pequenos Municípios Brasileiros: Uma Análise De Seus Efeitos Sobre O Processo Decisório, As Políticas Fiscais E Os Investimentos Públicos. 2016. Tese (Doutorado Em Políticas Públicas) - Universidade Federal Do Paraná, Curitiba, 2016.
- [9]. Queiroz, Dimas Barreto. Composição Dos Gastos Públicos E Resultados Eleitorais: Um Estudo Nos Municípios Brasileiros. Tese (Doutorado Em Ciências Contábeis) – Universidade Federal Do Rio Grande Do Norte, Natal, Rn, 2015.
- [10]. Rodrigues, Gilmar. Partidos Políticos E Gastos Públicos Em Santa Catarina: A Influência Das Ideologias Partidárias Nas Decisões De Investimentos. 2010. Tese (Doutorado Em Sociologia Política) – Centro De Filosofia E Ciências Humanas, Universidade Federal De Santa Catarina, Florianópolis, 2010.
- [11]. Sakurai, Sergio. Ciclos Políticos Nas Funções Orçamentárias Dos Municípios Brasileiros: Uma Análise Para O Período 1990 - 2005 Via Dados Em Pannel. Estudos Econômicos. São Paulo, V.39, N.1, Pp. 39-58. Jan./Mar. 2009.
- [12]. Souza, Celina. Federalismo, Desenho Constitucional E Instituições Federativas No Brasil Pós-1988. Revista De Sociologia Política. Curitiba, N.24, Pp. 105-121, 2005.